

Comitiva de Rio das Ostras e estudantes da UERJ conhecem programa urbano de Saquarema

Chamado de GeoSaqué, ele atua em informações territoriais e urbanísticas, incluindo dados do Plano Diretor

Da Redação

Estudantes do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), campus Maracanã, e uma comitiva da Prefeitura de Rio das Ostras participaram, em 25 de setembro, de uma visita técnica à Secretaria Municipal de Urbanismo de Saquarema. O objetivo foi conhecer o GeoSaqué, portal de geoprocessamento que reúne informações territoriais e urbanísticas do município, como dados do Plano Diretor, legislação de zoneamento, regras de ocupação do solo, hidrografia e malha viária, entre outros conteúdos disponíveis para consulta pública.

Criada há dois anos, a plataforma foi desenvolvida pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Urbanismo em parceria com outras áreas da administração. A ferramenta permite mapear e monitorar o território e, ao mesmo tempo, auxiliar o poder público no planejamento e na tomada de decisões.

A atividade possibilitou aos universitários, alunos da disciplina de Geoprocessamento II, conhecerem fora da sala de aula como dados georreferenciados, mapas digitais, imagens aéreas e sistemas de informação geográfica podem ser utilizados para compreender as características do território e subsidiar políticas

públicas. Durante o encontro, os estudantes conheceram as ferramentas adotadas pelo município e acompanharam exemplos de aplicação prática do geoprocessamento.

“O GeoSaqué fez com que a Secretaria de Urbanismo pudesse atuar de forma multissetorial. Não estamos falando apenas das obras que acontecem na cidade, mas também de políticas públicas. Atuamos junto à Saúde, à Defesa Civil, ao Turismo e ao Meio Ambiente, utilizando o geoprocessamento para compreender melhor o território e tomar decisões mais assertivas”, explicou Rafael Trindade, subsecretário de Urbanismo, durante a apresentação do portal.

Entre os exemplos apresentados aos estudantes esteve o uso das ferramentas do GeoSaqué no monitoramento de casos de dengue. Segundo Trindade, os domicílios relacionados às ocorrências são georreferenciados e inseridos em mapas atualizados quinzenalmente, permitindo acompanhar a distribuição dos casos pelo território.

Com essas informações, as equipes de Saúde da Família conseguem identificar áreas que exigem maior atenção e direcionar ações de prevenção e atendimento. O trabalho é realizado em conjunto com os setores de arboviroses e epidemiologia.



A plataforma existe há dois anos e foi desenvolvida pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Urbanismo

A mesma metodologia pode ser aplicada a outras situações de saúde pública. Durante a visita, os universitários conheceram exemplos de como a espacialização dos dados permite identificar concentrações territoriais de determinadas ocorrências e auxiliar o poder público na definição de prioridades, recursos e ações.

Para os estudantes, a experiência mostrou como conceitos aprendidos em laboratório podem ser aplicados diretamente na análise de um território real.

“Foi muito bacana porque o professor apresentou em sala de aula e no laboratório as ferramentas de geoprocessamento e, aqui em Saquarema, pudemos ver na prática como elas são utilizadas. Conhece-

mos o ArcGIS, o ArcGIS Online e as ferramentas utilizadas para mapear a cidade. Foi muito produtivo e importante para o nosso processo formativo”, relatou Gustavo Simão, aluno do 9º período de Geografia.

Aos 32 anos, o universitário também destacou a possibilidade de utilizar os dados produzidos pelo geoprocessamento para identificar áreas vulneráveis e contribuir para a elaboração de políticas públicas.

Durante a visita, os estudantes também conheceram o drone utilizado pelo município no aerolevantamento de Saquarema. O equipamento conta com tecnologia LiDAR, sistema que utiliza pulsos de laser para realizar o escaneamento da superfície terrestre.

“Diferentemente de um levantamento baseado apenas em fotografias, a tecnologia permite produzir uma nuvem de pontos, conjunto de dados tridimensionais que pode ser utilizado para analisar características do território e gerar representações em 3D. A tecnologia também possibilita análises que ultrapassam a visão horizontal do terreno, permitindo observar elementos como fachadas e estruturas construídas”, explicou Ivan Rollas, coordenador de Geoprocessamento da Secretaria de Urbanismo.

O novo equipamento tem maior capacidade operacional e autonomia de voo, permitindo cobrir áreas mais extensas e ampliar a produção de dados destinados à análise territorial.

Procon Campos orienta população sobre cardápio físico em bares e restaurantes

Da Redação

O Procon Campos alerta consumidores e fornecedores sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e estabelecimentos similares disponibilizarem cardápio físico aos clientes. A orientação foi reforçada após o órgão receber uma denúncia de que um estabelecimento teria oferecido apenas a versão digital, por meio de QR Code, o que teria dificultado o atendimento de uma pessoa idosa.

Segundo o relato, o consumidor informou que o pai participava de um encontro no estabelecimento e, ao solicitar o cardápio, recebeu como única opção o acesso por QR Code. Sem familiaridade com a tecnologia, o idoso não conseguiu

consultar o menu e, conforme a denúncia, deixou o local sem realizar a refeição. O caso será apurado pelo Procon Campos, com garantia do devido processo administrativo ao estabelecimento.

No Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 10.032/2023 determina que bares, restaurantes e estabelecimentos similares ofereçam também a versão impressa do cardápio. A legislação proíbe que o consumidor tenha exclusivamente a opção digital ou por QR Code. A regra também se aplica a hotéis, motéis e estabelecimentos que comercializem refeições, lanches ou bebidas.

O uso do QR Code, no entanto, não é proibido. Os estabelecimentos podem disponibilizar

o cardápio digital como alternativa, desde que mantenham a versão impressa à disposição dos clientes. No cardápio físico, nomes dos produtos ou pratos e respectivos preços devem ser apresentados de forma legível e ostensiva. O custo de impressão também não pode ser repassado ao consumidor.

O secretário de Proteção e Defesa do Consumidor, Carlos Fernando Guru, destaca que a tecnologia deve ampliar as possibilidades de atendimento, e não criar obstáculos ao acesso às informações.

“O QR Code é uma ferramenta prática e pode continuar sendo utilizado pelos estabelecimentos. O que não pode acontecer é o consumidor ficar sem alternativa. Nem todas as



Lei Estadual determina que estabelecimentos cardápio impresso

pessoas possuem celular, acesso à internet ou facilidade para utilizar recursos digitais, especialmente parte da população idosa. O cardápio físico garante informação, acessibilidade e liberdade de escolha ao consumidor”, afirma.

O Procon Campos orienta os consumidores que encontrarem estabelecimentos

oferecendo exclusivamente cardápio por QR Code a registrar denúncia junto ao órgão. Sempre que possível, devem ser fornecidas informações que permitam identificar o estabelecimento e comprovar a situação. Segundo o órgão, os registros ajudam a fiscalização a verificar o cumprimento da legislação.

ANTÔNIO CRUZ